

Ago 2012

Jornal da



FETAPE



Ao olhar a nossa história,



▲ Mobilização dos/as Trabalhadores /as da Usina Cruangi



encontramos forças para as lutas do presente.

Dando continuidade ao resgate da caminhada de **50 anos da Fetape**, leia, nesta edição, artigos escritos pela Vice-presidência e pelas Diretorias de Organização e Formação, Finanças e Administração, Política para a Juventude e Coordenação da Terceira Idade.

◀ Ato por ações de convivência com a estiagem

Beber na fonte do passado, para construir um futuro mais digno para o campo



O primeiro semestre de 2012 foi marcado por momentos importantes, vivenciados pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), na busca por valorizar o passado, fazer reflexões sobre o presente e expressar desejos para o futuro. Com esse tom, a Direção da Fetape vem buscando desenvolver ações que têm como proposta reafirmar o MSTTR como protagonista de uma história incansável de luta durante esses 50 anos, marcada pela busca do reconhecimento e valorização dos/as trabalhadores/as rurais do Sertão, Agreste e Zona da Mata.

A Fetape entende que reviver momentos de sua história tem uma importância muito grande para o fortalecimento de sua ação. Reconhecer os avanços e, sobretudo, perceber e atualizar os desafios, considerando o momento atual, são passos determinantes para que a Federação continue sua luta para assegurar dignidade para o/a trabalhador/a do campo e, sobretudo, possa contribuir para a implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Nesse sentido, os 50 anos da Fetape vêm sendo celebrados de diversas formas neste ano de 2012.

É fundamental destacar, nesse contexto, as diferentes manifestações dirigidas à Fetape, por diversas lideranças políticas e a sociedade civil, em reconhecimento ao importante papel desempenhado pela Federação para assegurar os direitos trabalhistas e sociais da classe trabalhadora rural, com importante destaque na luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do nosso país.

A Fetape tem buscado expressar que a grandeza do seu trabalho é o resultado da força e da história de luta vivenciada por seu povo, nas diferentes regiões. Um desses

exemplos foi Euclides Nascimento, nosso grande homenageado nesses 50 Anos. E foi nesse clima que compartilhamos essa grande festa da vida com as nossas regiões: Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Em cada um dos momentos, deu-se visibilidade às riquezas de cada localidade: a cultural, a criatividade, e, sobretudo, a capacidade de produzir para alimentar esse país, mas também para encantar os olhos, por meio do seu artesanato. As lideranças históricas também foram destacadas nos eventos regionais. Tudo isso foi apresentado por meio de falas políticas, feiras, exposições fotográficas, vídeos, apresentações culturais, publicações e entrega de placas em reconhecimento aos muitos homens e mulheres que se destacaram nessa caminhada.

Todo esse momento celebrativo, no entanto, não nos afastou da realidade, muito pelo contrário: nos fortaleceu ainda mais para lutar. Este é um ano em que o campo pernambucano tem sofrido grandes dificuldades, principalmente por causa da seca, que vem provocando, no Agreste e Sertão, enormes prejuízos aos/as agricultores/as, destruindo sonhos e deixando incertezas que pareciam estar superadas. A indústria da seca e a dependência política voltam a mostrar sua cara, resultado da ausência de políticas estruturadoras, que não se fizeram presentes na mesma proporção do crescimento do Nordeste. Essa conjuntura tem levado o nosso povo às ruas, a exemplo das várias mobilizações que ocorreram nos diferentes Polos Sindicais, organizadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).

O momento atual é também de lamentar o que ocorre na Zona da Mata, onde estão se repetindo as práticas antigas dos senhores de engenhos, nas quais os ditos empresários se preocupam apenas



em fazer riquezas pessoais e em usar o Estado. Eles vêm desrespeitando os direitos sociais e trabalhistas dos/as trabalhadores/as, a exemplo das usinas Cruangi e Maravilha, ignorando a fome e o desespero de canavieiros e canavieiras. Homens e mulheres que, há anos, dedicam suas vidas a essas empresas.

O pior é que, apesar de todos os protestos realizados pelos trabalhadores/as, Sindicatos e pela Fetape, as usinas permaneceram atuando de forma irresponsável e incoerente com o seu papel social. Essa situação fez com que a Federação e os STTRs tomassem uma posição mais dura, que foi o pedido, ao Inbra, de desapropriação de todos os engenhos das referidas empresas, pelo não cumprimento da função social. A Constituição Federal assegura que, nesses casos, as terras sejam destinadas à Reforma Agrária.

Por fim, vale destacar que a nossa luta por justiça social para o campo está cada vez mais fortalecida. Enquanto existir um/a trabalhador/a sem seus direitos assegurados, a Fetape estará lá, ao seu lado, reivindicando, apresentando propostas, para que essa situação seja revertida.

Gostaria de ressaltar, ainda, que continuamos a nossa caminhada, alimentando os sonhos existentes e despertando outros, para marcharmos, juntos/as, por um campo sustentável. Nesse sentido, quero convidar toda a sociedade para o nosso evento estadual, que ocorrerá no final de novembro, no Centro de Convenções. Na ocasião, iremos fazer uma grande celebração de todos os povos, do campo e da cidade, comemorando com festa, homenagens, apresentações culturais e muitos produtos da agricultura familiar, para fecharmos com chave de ouro esses 50 anos da Fetape e abriremos as portas para a continuidade dessa caminhada de muita luta.

Neste jornal, assim como fizemos na edição anterior, contaremos essa história, a partir da caminhada de cinco diretorias. Acompanhe os artigos da Vice-presidência, Finanças e Administração, Organização e Formação, Juventude e Terceira Idade.

Saudações

Doriel Barros
Presidente da Fetape

Luta da Fetape e dos Sindicatos garante políticas públicas sociais para o campo

➔ Por: Maria Aparecida de Melo
Diretora Vice-Presidente
Sônia Santos
Assessora da Vice-presidência

Desde sua origem, o Movimento Sindical Rural (MSTTR), em Pernambuco, levanta a bandeira das políticas públicas sociais, tendo como sua primeira ação a defesa da previdência social que, nos anos 60, sequer tinha previsão legal de cobertura para os/as trabalhadores/as rurais. É importante dizer que o acesso às políticas públicas sociais é condição imprescindível para atender às necessidades básicas de uma pessoa e, portanto, é constituída como direito, cabendo ao Estado assegurá-lo. A garantia desse direito é também reconhecimento de que as pessoas são cidadãos, pertencentes a uma sociedade.

Na sociedade, os pobres constituem a população mais desprovida do acesso às políticas sociais. A eles são oferecidos os serviços assistenciais de caráter, muitas vezes, emergencial, que não promovem mudanças efetivas (estruturantes) de modo a garantir qualidade de vida. O assistencialismo toma conta das práticas governamentais, “que mata de vergonha ou vicia o cidadão”, como cantava Luiz Gonzaga.

O Movimento Sindical Rural tem clara a necessidade de trazer, em sua luta, um projeto de sociedade que promova o desenvolvimento rural sustentável

Essa prática tomou conta, também, da ação do Movimento Sindical, quando, a partir da intervenção do Estado (década de 60 - Golpe Militar), passou a atender os/as trabalhadores/as rurais sem que suas ações fossem compreendidas como práticas subversivas, isto é, não ameaçavam o Estado. O Plano de Assistência ao Trabalhador Rural (Pro-rural), por exemplo, foi o marco inicial da implantação da Previdência Rural, com o caráter assistencialista.

Na sua trajetória, o Movimento Sindical Rural tem clara a necessi-



Atendimento do Funrural (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural)

dade de trazer, em sua luta, um projeto de sociedade que promova o desenvolvimento rural sustentável, justo e solidário. Isso se expressa na construção do PADRSS (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário). Nele, as políticas sociais são enfatizadas como forma de garantir os direitos dos/as trabalhadores/as do campo.

O MSTTR entende que não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. (Caderno Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, 1999).

No contexto histórico, um marco para reconhecimento da cidadania foi a Constituição de 88, que afirmou que as pessoas são iguais e, por isso, devem ter direitos iguais. A partir daí, os/as trabalhadores/as rurais buscaram garantir direitos

iguais aos acessados pelos que atuam da cidade. Um exemplo disso foi a luta pela condição de inclusão no Regime Geral da Previdência Social, seja na condi-

ção de assalariado/a rural, seja como segurado especial, em regime de economia familiar.

Continua na próxima página.



Previdência, educação e saúde estão entre as pautas permanentes do MSTTR



A política de educação, que considera a identidade dos povos do campo, tem levado para a escola um ensino contextualizado. Com a aprovação das Diretrizes Operacionais de Educação do Campo, em 2002, houve um avanço na luta pela educação, pois ela reconhece que não basta termos uma escola no campo.

O meio rural ainda precisa ser visto como espaço de vida, riqueza, cultura e, portanto, um lugar de dignidade

A construção, reivindicação e negociação de propostas das políticas da previdência social, saúde do/a trabalhador/a, educa-

ção do campo, proteção infantil, assistência social são constantes no nosso cotidiano sindical. As ações de massa, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas, onde é reunida a classe trabalhadora do campo e da cidade, têm sido importantes mobilizações para mostrar a força e apresentar as propostas do MSTTR.

Porém é importante reconhecer que ainda não existe a condição de igualdade de direitos, e que o meio rural ainda precisa ser visto como espaço de vida, riqueza, cultura e, portanto, um lugar de dignidade. É por isso que a luta do MSTTR é constante e que, nesses 50 anos, são identificadas vitórias e apontadas mais lutas, para alcançar o principal objetivo: QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO.

Vice-presidência coordena Políticas Sociais

Na reformulação do Estatuto da FETAPE, em 1996, a Vice-Presidência assumiu a função de coordenar os trabalhos referentes às Políticas de Assistência Social, posteriormente reconhecidas como Políticas Sociais. O objetivo é assegurar a amplitude do direito das pessoas no acesso a diversas políticas públicas: saúde, educação, habitação, segurança, transporte, entre outras, garantindo o reconhecimento das diferenças e a diversidade cultural dos povos do campo.

A Fetape, nesse sentido, assume com muita força essa luta, desenvolvendo ações propositivas, reivindicativas e de controle social. Isso se dá nas mobilizações de massa, bem como nos processos formativos dos/as dirigentes sindicais, onde sua intervenção é qualificada.

Hoje, parceiros governamentais e não governamentais reconhecem que a Fetape tem propostas de políticas sociais que garantem ao homem e à mulher do campo qualidade de vida e dignidade.



Autossustentação em debate

→ Por: Cícera Nunes da Cruz
Diretora de Finanças e Administração
Eviene Lima
Assessora da Diretoria de Finanças e Administração

A sustentabilidade financeira do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) é um debate que vem ganhando força nos últimos anos. Nesse sentido, diferentes ações estão sendo implementadas, baseadas nas deliberações congressuais. A caminhada apontou a necessidade de se reinventarem estratégias para os diferentes tipos de arrecadação. Por isso, duas importantes campanhas estão em andamento e, permanentemente, são potencializadas iniciativas para que a Fetape e os Sindicatos ampliem o seu quadro de associados/as.

O Plano de Lutas referencia os seguintes tipos de arrecadação: Convênio de Aposentados (com maior volume de recursos), Mensalidade Social, Imposto Sindical, Fundo Solidário da Formação e o Fundo Agrário.

A caminhada apontou a necessidade de se reinventarem estratégias para os diferentes tipos de arrecadação

Desde a sua fundação, a Fetape sempre se preocupou em garantir estratégias para se manter financeiramente. Até o ano de 1967, não existia nenhuma Lei que regulamentasse a arrecadação sindical rural. Foi nessa época, porém, que se instituiu a contribuição sindical para os/as trabalhadores/as rurais.

No final da década de 60, o então presidente da Fetape, Euclides Nascimento, sentindo a necessidade de aumentar a arrecadação, criou mecanismos para impulsionar as finanças do MSTTR, focando, principalmente, na animação das bases.

A Contribuição Sindical, porém, só foi legalizada com a Lei 1166/71, que tratava dos enquadramentos. A partir daí, a arrecadação era feita juntamente com Imposto Territorial Rural (ITR), por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Já os/as trabalhadores/as em regime de economia familiar, sem empregados, pagavam a contribuição sindical como autônomos.

A arrecadação do MSTTR se dava diretamente por meio do Incra, que enviava as guias para as

prefeituras, cabendo aos Sindicatos orientar os/as trabalhadores/as para fazerem o pagamento. Nesse momento, houve um aumento no volume de recursos arrecadados.

Durante o Governo de Fernando Henrique, o proprietário com menos de 25 hectares ficou isento de pagar o ITR. O imposto passou a ser facultativo para esse segmento. Nesse sentido, cabia ao MSTTR, também, animar os/as trabalhadores/as a efetuarem essa contribuição.

Em meados de 1993, a Fetape percorreu os Polos Sindicais, juntamente com dirigentes e lideranças sindicais, para discutir as principais bandeiras de lutas do MSTTR, dentre as quais a necessidade de se oportunizar uma política previdenciária mais justa para o/a trabalhador/a rural. A partir daí, os Sindicatos foram despertados para a importância de mobilizar os/as aposentados/as e pensionistas. Essa ação influenciou diretamente a discussão da autossustentação do MSTTR, porque essas pessoas fariam a autorização para o desconto mensal da contribuição social para o Sindicato.



Nesses encontros, vários outros pontos foram discutidos, como as lutas e conquistas, os direitos previstos na Constituição de 88 e a Lei de Benefício. O resultado foi o convênio de aposentados, implementado em 1994. A partir daí,

iniciou-se outra realidade financeira no MSTTR, provocando uma inversão na arrecadação, com a maior receita passando a ser a dos/as aposentados/as.

Continua na próxima página.

Novos momentos cobram novas estratégias



O MSTTR vem debatendo, constantemente, novas estratégias para a sua sustentabilidade. Desde 2002, intensificaram-se as campanhas de quitação social e sindicalização, com destaque para a 1ª Mostra do Sindicalismo Rural (2009).

Nessa perspectiva de autossustentação, em 2005, o MSTTR iniciou o Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES), capacitando dirigentes nos âmbitos contábil, financeiro e político, levando, para a base, propostas para fortalecer a ação do Movimento, com sustentabilidade.

A Direção da Fetape tem pensado, ainda, em ações que fortaleçam a contribuição social, mais conhecida como boca de caixa. Além de campanhas, são realizadas capacitações com dirigentes e a potencialização da gestão político-administrativa e financeira.

A Diretoria de Finanças e Administração tem avançado, também, na gestão administrativa e financeira, aprimorando-se, valorizando os seus profissionais e reorganizando o organograma funcional. Nesse sentido, estão sendo executadas ações planejadas para a gestão 2010/2014, entre as quais, a manutenção dos centros sociais e o

fortalecimento da contabilidade sindical, visando proporcionar uma melhor prestação de serviços aos Sindicatos que fazem a contabilidade com a Fetape.

Hoje, o maior desafio é conseguir fortalecer a sustentabilidade financeira atrelada a uma ação política que leve o/a trabalhador/a a se associar, a partir da identificação do Sindicato como um instrumento de luta, que possibilita direitos à categoria.

Assim, os STTRs ampliam o número de trabalhadores e trabalhadoras ativos, diversificando as fontes de arrecadação com a contribuição voluntária, e despertando essas pessoas a frequentarem o Sindicato, participarem das assembleias, conhecerem as ações do MSTTR, revertendo, assim, o volume de recursos para a mensalidade da boca de caixa.

Mas os desafios ainda são muitos. A legislação referente ao desconto dos/as aposentados/as, por exemplo, tem se tornado cada vez mais complexa, o que deixa a arrecadação sindical vulnerável. Outra questão desafiadora é a significativa quantidade de desautorizações, por causa dos empréstimos consignados que essas pessoas estão realizando.



Hoje, o maior desafio é conseguir fortalecer a sustentabilidade financeira atrelada a uma ação política

Há, também, um esforço contínuo para que as diretorias da Federação e dos Sindicatos façam uma gestão participativa e democrática, envolvendo fortemente as bases. Isso, além de fortalecer o MSTTR internamente, contribui com a sensibiliza-

ção da sociedade no reconhecimento da importância dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse processo é um grande desafio, pois gerir envolve pessoas, conhecimentos, articulações, participação, trabalho de base, planejamento, monitoramento e recursos financeiros.

Contribuíram com os artigos desta Diretoria: Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz) e Mônica Benevides.

Organização e formação sindical no compasso da história

→ Por: Adelson Freitas Araújo
Diretor de Organização e Formação
Mônica Benevides
Assessora da Diretoria de Organização e Formação

Nos 50 anos de história da Fetape, a luta pela organização e formação sindical tem percorrido um longo caminho, na perspectiva de colaborar, de forma qualificada, para a transformação da ação sindical. Nesse sentido, o momento atual é de fortalecimento da política de formação, apontada pela gestão da Federação como prioridade, e norteadada pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Nacional de Formação (Enfoc) e pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

Grandes ações estão sendo implementadas nessa área, a exemplo da realização do 1º Encontro Estadual de Formação (Enefor) que, objetivando avaliar a caminhada formativa, foi um momento de coletar informações para a construção do Plano Estadual de Formação, reafirmando a necessidade de se fortalecer um processo que chegue às bases. Os muitos subsídios existentes, hoje, são frutos de uma construção coletiva, tanto do ponto de vista interno, como da colaboração de parceiros.

Nessa conjuntura, a principal estratégia são os grupos de Estudos Sindicais (GESs). Está em curso a realização da 4ª Turma do Itinerário Estadual, envolvendo 55 dirigentes, lideranças e militantes de todos os Polos Sindicais, buscando potencializar a ação formativa, a partir de uma perspectiva transformadora e de emancipação dos sujeitos.

Em paralelo ao processo formativo, o MSTTR vive a necessidade de priorizar a qualificação da organização sindical. Pernambuco tem 179 Sindicatos filiados à Fetape, que hoje vivem um momento de transformação, de reconhecimento da necessidade de se fortalecer, cada vez mais, a ação sindical.



Os muitos subsídios existentes, hoje, são frutos de uma construção coletiva

No ano de 1967, para atender à demanda de formação das lideranças sindicais, criou-se o Departamento Educacional, que também tinha o desafio de dar visibilidade às lutas de homens e mulheres do campo.

Diante dessa situação, surge a necessidade de se reinventarem as estratégias de multiplicação dessa luta por direitos. São criados, então, os Programas de Rádio, que se tornaram um importante instrumento na organização e fortalecimento dos/as trabalhadores/as rurais.

No ano de 1987, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), dentre outras conquistas, possibilitou que a Federação

criasse a equipe de Educação nos Polos Sindicais. O objetivo era o de fazer chegar às bases, de maneira descentralizada, o processo formativo. Já em 1993, no 3º Congresso da Fetape, foi institucionalizada a Diretoria de Organização e Formação Sindical, permitindo, a partir desse momento, que fosse pensada uma política de formação e que se tivesse um plano de lutas próprio para essa ação.

Desde a aprovação dessa Diretoria, seis dirigentes conduziram essa pasta: José Paulo de Assis, Maria José de Carvalho (Mariquinha), Severino Domingos de Lima (Beija Flor), Maria de Lourdes, Maria Severina de França (Silvia) e, atualmente, Adelson Freitas.

Coletivo - Ainda em 1993, foi celebrado o convênio com a Instituição Oxfam. A essa altura, o MSTTR percebeu a necessidade de analisar o processo formativo. Foram convidados, então, alguns parceiros para que, junto com a diretoria, assessoria e funcionários, pudessem construir a concepção de uma estratégia formativa, fazendo com que essa ação chegasse às bases. Surge, assim, o Coletivo de Formação, que passou a ser o principal vetor de multiplicação da ação formativa.

Foi um período de grande fortalecimento da estratégia formativa em Pernambuco, pois foram realizados diversos encontros, abordando diferentes temas. Duzentos dirigentes foram beneficiários dessas atividades e algumas lideranças despontaram a partir da vivência desse processo, dentre essas, Doriel Barros e Adelson Freitas, atuais diretores da Federação.

Contribuíram com os artigos desta Diretoria: Doriel Barros, Severino Francisco da Luz Filho (Biu da Luz) e Domingos Corcione.

Redemocratização exige um novo olhar para a Formação

A conjuntura política de muita efervescência, com o processo de redemocratização do país, exigiu uma maior participação dos atores políticos, entre eles, os dirigentes do Movimento Sindical Rural. No ambiente interno da Fetape, era percebida a vontade política de investir na formação, encabeçada, na ocasião, pelo então presidente da Fetape, Manoel Santos, que acreditou na importância de um processo formativo construído por diversos olhares.

A partir dessa concepção, alguns parceiros foram convidados a apoiar

essa construção, entre eles, a Escola Quilombo dos Palmares (Equip), por meio de colaboradores como Socorro Silva e Domingos Corcione, e a Escola de Formação da CUT.

Posterior a esse período, entre os anos 2001 e 2005, a estratégia formativa ficou adormecida, já que os Coletivos foram suspensos. Ainda no ano de 2005, no entanto, a Contag compreende a necessidade de criar uma Política de Formação e começa a sondar a maneira como as Federações conduziam seus processos nessa área. É realizado, a partir daí, o 1º Encontro Nacional de

Formação (Enafor), que é referenciado no 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR). Na ocasião, também é aprovada a criação da Enfoc e do Fundo Solidário da Formação.

Pernambuco participou ativamente dessa construção e todos os Sindicatos e a Fetape passaram a destinar 1% da arrecadação para a Formação.

Hoje, a Fetape conta com uma equipe pedagógica que, em conjunto com a diretoria, é responsável por pensar, planejar e propor todos os processos

formativos do MSTTR em Pernambuco. Há 24 educadores/as formados/as pelos cursos nacionais e regionais da Enfoc, entre assessores e dirigentes, compondo a Rede Estadual de Educadores; além de 150 multiplicadores e multiplicadoras, frutos do Itinerário Estadual, e responsáveis por materializar e fazer com que a formação fortaleça a ação sindical do MSTTR e se coloque a serviço da base, nos municípios e Polos Sindicais.

Continua na próxima página.

A palavra-chave é: organização

Apoiar os Sindicatos em sua organização interna é um papel que a Fetape desenvolve desde a sua fundação. No entanto, é da governabilidade de cada Sindicato a decisão sobre as ações que vão ser desenvolvidas nessa caminhada. O que se percebe é que, progressivamente, os STTRs têm reconhecido a importância de cuidar da gestão sindical.

A Fetape conta com um Setor Sindical que os STTRs e parceiros têm como uma referência. A equipe, num trabalho conjunto com o Setor Jurídico, vem subsidiando os Polos e Sindicatos nos processos de organização interna. Desde 2010, com a nova gestão, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) de Organicidade Sindical (Adelson Freitas; Antonio Pascoal; Mônica Benevides; Severino da Luz - Biu da Luz; Silvana Matos e Valquíria Oliveira), responsável por dar uma atenção diferenciada a todos os procedimentos nessa área.

A Constituição Federal de 1988 determinou que é responsabilidade do MSTTR cuidar da própria estrutura. Antes, essa função era do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com a nova conjuntura, os Sindicatos deveriam atuar de forma articulada, respeitando os princípios e cumprindo as obrigações comuns deliberadas pelas instâncias, aprovadas pelo Congresso. Diante dessa necessidade, criou-se um modelo de Estatuto Padrão.

Além de regulamentar como se dá todo o processo eleitoral, o Estatuto estabelece a criação das comissões eleitorais, passando para essas a responsabilidade na condução das eleições sindicais, resultando em uma maior transparência nesses momentos.

Entretanto, esse acompanhamento ainda é um desafio. É preciso, cada vez mais, qualificar os sindicatos para esse momento. A Fetape reconhece essa necessidade e vem discutindo a possibilidade da elaboração de um manual para eleições. Além disso, vem capacitando e compartilhando os trâmites das eleições sindicais junto às assessorias dos Polos, almejando uma maior democratização desse processo.

Na organização sindical, alguns desafios estão sendo tratados como meta para a atual gestão. Já está sendo orientada junto aos Polos e Sindicatos, por exemplo, a adoção do processo de Recadastramento Sindical, que deve ser assumido por



toda a direção do STTR. Outro importante instrumento foi a construção de um novo Livro de Registro Sindical, dispondo, de forma mais ordenada, o registro dos/as associados/as.

Na organização sindical, alguns desafios estão sendo tratados como meta para a atual gestão

Grande parte das lideranças sindicais tem expressado preocupação sobre esses problemas e provocado discussões abertas e democráticas, que buscam caminhos e soluções para formar e renovar as direções e fortalecer o MSTTR. A Fetape também vem se preocupando com uma permanente atualização dos Registros dos Sindicatos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Para isso, vem assegurando uma articulação com a Superintendência Regional do Trabalho no estado, com o acompanhamento da Contag.

Sindicato regularizado é o princípio básico para ações como a homologação de convenções e acordos coletivos de trabalho, viabilização



da expedição de Declaração de Aptidão (DAPs) e o fornecimento de Declaração da Atividade Rural para efeitos previdenciários.

A trajetória de organização dos Sindicatos revela que a superação dos desafios necessários para a organicidade sindical se dará com a

adoção de um conjunto de princípios que são imprescindíveis para a representatividade e a legitimidade das entidades. São necessárias também diretrizes comuns, que promovam a integração da política com a ação sindical, constituindo-se como elemento essencial para efetivar a organicidade do MSTTR.

Jovens são presença forte na história do MSTTR

→ Por: Adriana do Nascimento Silva
Diretora de Política para a Juventude
Kátia Patriota
Assessora da Diretoria de Política para a Juventude

Na construção da história dos 50 anos da Fetape, a juventude sempre esteve presente, sendo, inclusive, protagonista dessa caminhada. As principais lideranças, no início do Movimento Sindical Rural, eram jovens que lutavam por justiça. Durante as décadas de 50 e 60, as mobilizações para a organização dos/as trabalhadores/as do campo, por meio da fundação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), ganhavam força. Nesse período, vários jovens foram construtores dos pilares dessa luta, a exemplo do saudoso Euclides Nascimento que, ainda muito jovem, já sentia a sede de justiça gritando em seu peito. Algo que, mais tarde, iria ecoar na vida de outros homens e mulheres do campo.

No entanto, com os vários desafios de um período sangrento para o campo, não só em Pernambuco, mas no Brasil, essas pessoas não se fizeram percebidas como jovens, mesmo porque a infância e adolescência eram confundidas com a vida adulta, que era árdua e de muito trabalho para ajudar no sustento de suas famílias.

Com o passar dos anos e com a organização dos Sindicatos, foi criado, na década de 70, no Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (MSTTR), o Programa para Bolsistas, atendendo 4.400 jovens, onde foi possível animar e aproximar esse segmento da população rural dos STTRs. A partir daí, alguns começaram a se envolver com mais entusiasmo com o Movimento, ajudando nas tarefas diárias, a exemplo da apresentação dos Programas de Rádio dos Sindicatos, e até substituindo alguns/algumas funcionários/as, quando es-



O primeiro da fila é Euclides Nascimento

ses estavam de licença. Esse período foi, de certo modo, um incentivo à organização juvenil rural que, mais tarde, tomaria corpo.

Vários jovens foram construtores dos pilares dessa luta, a exemplo do saudoso Euclides Nascimento

Nos anos 90, vários grupos de jovens rurais já atuavam no estado, principalmente no Sertão, onde, em 1996 e 1997, Sindicatos Rurais do Pajeú, como os de São José do Egito e de Afogados da Ingazeira, retomavam o trabalho com a juventude rural, realizando intercâmbios com os demais municípios, uma iniciativa que se repetia nas outras regiões sertanejas.

No ano de 1999, Pernambuco participou do 1º Encontro Nacional da Juventude Rural, o que fez com que



esses/as jovens trouxessem para o estado mais energia e motivação, garantindo, assim, o fortalecimento das Comissões já existentes. Nos anos seguintes, os/as jovens continuaram atuantes no cenário nacional, participando, inclusive, no ano 2000, do 2º Encontro Nacional, quando foi possível direcionar o olhar da juventude para o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Nesse evento, cinco jovens de Pernambuco se fizeram presentes.

Nesse mesmo ano, foi realizado o 1º Encontro Estadual da Juventude Rural, na cidade de Carpina, um grande marco, onde foi possível discutir estratégias para a luta pela garantia de direitos para esse público.

Com o avançar da organização de todo o MSTTR, em 2001, foi deliberado, no 8º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a criação das Coordenações e Comissões de Jovens nas instâncias do Movimento Sindical. Em Pernambuco, várias Comissões já funcionavam, tanto que, no 6º Congresso Estadual de Trabalhadores Rurais, em 2002, vendo a necessidade de um olhar mais estratégico para o fortalecimento dessa luta, foi criada a Coordenação Estadual da Juventude da Fetape, sendo a jovem Lucenir dos Santos Silva, do STTR de Triunfo, quem ficou à frente dessa pasta.

Continua na próxima página.



Lucenir (terceira pessoa da esquerda para a direita) ficou à frente da Coordenação Estadual da Juventude da Fetape (2002)

Uma reafirmação do compromisso com a juventude rural

A institucionalização da Coordenação de Juventude pela Fetape e a constituição da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores Rurais (Cejour) possibilitaram um avanço na luta por direitos para esse público. Nesse cenário, foi realizado, em 2005, o primeiro Festival Estadual da Juventude Rural, reunindo jovens de todos os Polos Sindicais, refletindo e propondo ações e animando a participação da juventude nos Sindicatos. Isso projetou os/as jovens na Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag.

Também no ano de 2005, foram deliberados, no 9º Congresso da Contag, os 20% da participação da juventude nas instâncias do MSTTR. A partir daí, muitos foram os avanços ao longo dessa história. Vários/as jovens contribuíram e estiveram engajados/as nas principais conquistas para os/as trabalhadores/as rurais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ambos com linhas específicas para a juventude rural (Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra), além do Projovem Campo e dos benefícios previdenciários, entre vários outros.

Vale pontuar, ainda, que, dentro da estrutura do Movimento Sindical, foi criado o Programa Jovem Saber, onde Pernambuco se destacou por ser o estado que mais inscreveu participantes para serem capacitados/as, por meio de publicações práticas e explicativas.

Em 2006, deu-se um grande salto de qualidade na estrutura sindical para a juventude rural. Esse foi o ano onde se conseguiu garantir, em instância congressual (7º CETTR), a criação da Diretoria de Política para Juventude, e Cícera Nunes, do Município de Serra Talhada, assumiu a pasta. Nesse mesmo ano, ocorreu o 2º Festival da Juventude Rural.

A realização dos Festivais da Juventude Rural possibilitou, para história dos 50 anos da Fetape e do MSTTR como um todo, a troca de saberes, a valorização da cultura juvenil rural, uma maior inserção dos/as jovens nos Sindicatos e nos espaços políticos, qualificando a participação e o debate, bem como a organização desse público, que hoje ocupa funções estratégicas para desenvolvimento dos municípios, do estado e do país.

A realização dos festivais é uma estratégia acertada do MSTTR, que Pernambuco abraçou, transformando-os, também, em um palco de reivindicações por políticas públicas para esse segmento populacional



que reside no campo. No estado, já foram realizados quatro festivais.

Os/as jovens ocupam, hoje, funções estratégicas para o desenvolvimento dos municípios, do estado e do país.

Nos dias atuais, a Diretoria de Política para a Juventude da Fetape continua a realizar ações que fomentam a participação desse público nos espaços de transformação social, seja no Movimento Sindical, em sua comunidade, ou nos espaços políticos, levando para esses a pauta da juventude do campo.

Os Encontros Municipais e Regionais, por exemplo, são um estímulo constante para que os/as jovens possam estar se inserido nos Conselhos Municipais de Juventude, criando Comissões Municipais de Jovens, bem como as Comissões em seus Polos Sindicais. Mais que isso, a juventude é mobilizada e levada a conhecer e valorizar, cada vez mais, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, identificando a importância da sindicalização para a continuidade das lutas e das conquistas.

Em âmbito estadual, a Federação tem assento titular no Conselho Estadual de Políticas Públicas para

a Juventude, por meio de sua Diretoria, que também compõe a coordenação do Fórum de Juventude de Pernambuco (Fojupe), sendo, esses, espaços onde se pode dialogar com o governo e a sociedade sobre as especificidades da juventude, com suas dificuldades e potencialidades.

É importante lembrar que a história dos 50 anos da Fetape passou por mãos jovens, fossem à frente das direções dos STTRs ou, simplesmente, como associados/as. Essas pessoas mostraram muita competência e trouxeram para os trabalhadores e trabalhadoras rurais melhores perspectivas de vida no campo.

O forte papel do idoso e da idosa na construção desses 50 anos do MSTTR



➔ Por: José Rodrigues da Silva
Coordenador da Terceira Idade
Lúcia Maria de Lira e Silva
Assessora da Coordenação da Terceira Idade

A Fetape, nesses 50 anos de existência, vivenciou uma série de etapas, na perspectiva de avançar no fortalecimento de suas bandeiras de luta, honrando as atribuições e objetivos para os quais foi criada. Nesse sentido, coordenou a luta pela defesa dos direitos dos/as assalariados/as, pela reforma agrária, por políticas específicas de crédito e comercialização, por previdência social e por uma política de saúde digna de responder às necessidades e merecimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para que o Movimento Sindical e a Fetape conseguissem alguns dos avanços hoje identificados, algumas mudanças internas ocorreram, tais como a inclusão de novas temáticas, como gênero e geração. Isso possibilitou a participação política das mulheres, que muito têm contribuído para o fortalecimento do Movimento, seguida da participação da juventude e, por último, a valorização das pessoas da terceira idade e idosas.

A política de valorização da terceira idade e da pessoa idosa, que o

MSTTR vem desenvolvendo, retrata o cumprimento de um dos objetivos para o qual foi criado: o Sindicato como ferramenta de luta na defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e outros, e no combate a todo e qualquer tipo de discriminação à mulher e ao homem que, com seu trabalho, faz do campo seu local de viver.

A atenção que o MSTTR tem dado às pessoas depois que elas já conquistaram aposentadoria é, sem sombra de dúvidas, o mínimo do que elas merecem, pois elas fazem parte da geração que implantou o sindicalismo no meio rural e no Brasil.

Lutas - No período entre 1962 e 1972, a Fetape investiu na criação de Sindicatos nas três regiões do estado, em cumprimento ao Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214, e ao Estatuto da Terra, Lei 4.504.

Durante todo o período do Golpe, a Fetape teve que mudar sua estratégia de ação, para conseguir se manter na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as. Dessa forma, agia em segredo na formação política dos seus membros e na defesa da alfabetização da população rural.



Para que o MSTTR e a Fetape conseguissem alguns dos avanços hoje identificados, algumas mudanças internas ocorreram

A partir de 1979, com a anistia, a Federação retoma sua luta mais aguerrida, coordenando a segunda maior greve do Brasil: a greve dos/as canavieiros/as. Essa mobilização reuniu 250 mil trabalhadores/as, mesmo com o país sob o regime da Ditadura Militar.

No mesmo período, a Fetape se deparou com outro grande desafio: a defesa dos/as trabalhadores/as cujas vidas foram atingidas pela construção de grandes barragens, como as de Itaparica, no submédio São Francisco; Algodões, em Ouricuri; e Serrinha, em Serra Talhada. A pauta era terra por terra, crédito e assistência técnica. Desejava-se encontrar uma forma para que as

famílias de agricultores/as não deixassem o campo.

Já em 1988, por ocasião da Assembleia Constituinte, a Federação, em parceria com outros movimentos, fez articulações e mobilizou caravanas para garantir alguns direitos no texto constitucional. Entre esses, estavam: a inclusão dos rurais no regime geral da previdência; salário maternidade para a segurada especial; redução de cinco anos na idade para aposentadoria do rural em relação ao urbano, ou seja, 55 anos para mulher e 60 anos para os homens rurais; além de garantia do valor de um salário mínimo para os benefícios.

Uma grande vitória, que não se pode deixar de registrar, foi a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que, a cada ano, vem possibilitando maior condição para que os/as agricultores e agricultoras possam produzir.

Terceira Idade e dignidade

Agricultores e agricultoras familiares ou assalariados e assalariadas que mantêm a condição de posseiros e posseiras, ao se aposentarem, continuam em suas atividades por muito tempo, na maioria das vezes, usando o dinheiro de sua aposentadoria para continuar produzindo lavouras e criando animais, como sempre.

O MSTTR cumpre sua atribuição quando afirma que a maior parte das pessoas aposentadas deve continuar participando ativamente do Movimento, usufruindo de todos seus direitos de associados e associadas. É muito justo que a luta do MSTTR por políticas públicas nas diversas áreas (reforma agrária, política agrícola, produção, crédito, comercialização, saúde, educação, lazer e segurança) tenham abrangência e foco para responder às perspectivas de geração e gênero.

A Contag tem feito um trabalho exitoso, pautando os direitos especí-

ficos das pessoas da terceira idade e idosas, que compõem a categoria, tanto em nível de proposições, quanto na perspectiva do cumprimento do que está no Estatuto do Idoso, bem como estimulando Federações e Sindicatos a fazerem sua parte.

A Fetape tem executado ações, que são consideradas pela Direção e Conselho Deliberativo como estratégicas (seminários, plenárias, encontros, reuniões e momentos festivos), para efetivar a implantação da política de valorização da terceira idade e dos/as idosos/as. Os resultados ainda estão longe de ser tudo o que o segmento merece, porém todos os Sindicatos já foram convocados a participar de encontros em nível de Polos. As ações formativas realizadas até o momento envolveram 70 STTRs e 250 lideranças. Dos Sindicatos que participaram, 25 já realizam atividades específicas com esses públicos.



O Jornal da Fetape é uma realização da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

DIRETORIA:**Diretor Presidente:**

Doriel Saturnino de Barros

Diretora Vice-Presidente:

Maria Aparecida de Melo (Mulica)

Diretora de Finanças e Administração:

Cícera Nunes da Cruz

Diretor de Organização e Formação Sindical:

Adelson Freitas Araújo

Diretor de Política Salarial:

Paulo Roberto Rodrigues Santos

Diretor de Política Agrícola:

Israel Crispim Ramos

Diretor de Política Agrária e Meio Ambiente:

Francisco Pascoal Cipriano da Silva (Chicôu)

Diretora de Política para as Mulheres:

Maria Severina de França (Sílvia)

Diretora de Política para a Juventude:

Adriana do Nascimento Silva

Coordenador da Terceira Idade:

José Rodrigues da Silva

Coordenador de Meio Ambiente:

Antônio Francisco da Silva (Ferrinho)

Textos:

Diretorias da Fetape

Edição:

Ana Célia Floriano (DRT/PE 2356)

Fotos Gerais:

Arquivos Fetape, Ronaldo Patrício, Aglailson Paixão, Paulo Roberto, Ana Célia Floriano e Beto Oliveira

Fotos Depoimentos:

Arquivo Fetape, Arquivo Cáritas NE2, Vlândia Lima/Acervo Centro Sabiá, César Ramos/Contag e MDA

Revisão pela nova ortografia:

Neide Mendonça

Projeto Gráfico:

Via Design

Diagramação:

Jorge Verdi

Impressão:

Bagaço

Tiragem:

1500 exemplares

Sede da Fetape:

Rua Gervásio Pires, 876, Boa Vista
CEP: 50050-070 - Recife - PE

Fone: (81) 3421.1222

E-mail: fetape@fetape.org.br

Site: www.fetape.org.br



Fetape - 50 anos

Sob o olhar dos/as parceiros/as



“A FETAPE tem dado uma contribuição direta nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas para o semiárido e nas ações que temos realizado no estado. Isso acontece, principalmente, por meio da participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nas Comissões Municipais da ASA. Nesses espaços, eles discutem como se dá o processo de mobilização, capacitação e implementação das ações da ASA, até todo o processo de organização das comunidades.”

Neilda Pereira

Diocese de Pesqueira
e Coordenadora Executiva
da ASA Pernambuco



“A importância da nossa relação com a Fetape se dá no fortalecimento das lutas e bandeiras comuns na defesa e garantia de Direitos Humanos e Sociais de homens e mulheres do campo, que vivem em situação de vulnerabilidade social. O acesso dessas pessoas, grupos e populações a melhores condições de vida se dá a partir da implementação de Políticas Públicas de garantia à terra (reforma agrária), ao direito à alimentação (segurança alimentar e nutricional) e ao trabalho (geração de renda e comercialização). A parceria Cáritas Brasileira e FETAPE mostra que a redução de danos sociais (desemprego, violência, pobreza etc.) poderia acontecer de maneira mais rápida e eficaz se o Estado Brasileiro pudesse ser mais presente e operante em fazer as reformas sociais exigidas desde os anos 60/70, como resposta ao clamor de justiça social, vindo dos camponeses.”

Pe. Jandeilson Rodrigues de Alencar

Secretário da Cáritas Brasileira
Regional NE 2



“Parabenizo a FETAPE pelos 50 anos de história. Reconheço a importante contribuição da entidade na conquista de políticas em apoio às populações do campo e o desenvolvimento rural sustentável, sempre mantendo a necessária unidade que deve caracterizar uma organização sindical, numa visão e ação intransigente em defesa dos interesses da classe trabalhadora.”

Adhemar Lopes Almeida

Secretário de Reordenamento
Agrário do MDA



“A comemoração dos 50 anos da FETAPE é um momento de repercussão nacional por ter a ver com toda a história política da Contag. É importante destacar o pioneirismo da Federação, junto aos seus Sindicatos e suas lideranças, na luta por políticas públicas e pelo fortalecimento do Movimento Sindical. Em nome da Confederação, os nossos mais profundos agradecimentos a essas lideranças bravas, guerreiras lutadoras. O nosso reconhecimento também à atual diretoria da Federação, coordenada pelo grande companheiro Doriel, que dá continuidade a essa história, para que essa instituição continue muito forte, muito coesa e conheça seu papel fundamental em Pernambuco, na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; do protagonismo da reforma agrária; da agricultura familiar; do direito dos assalariados; sendo propulsora na implementação do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento. O nosso reconhecimento, também, àqueles que já partiram para a eternidade, mas que deixaram um legado fundamental na história da Federação e da Contag. O nosso desejo que a Fetape continue sendo esta importante organização para Pernambuco e para o País.”

Alberto Ercílio Broch

Diretor-presidente da Contag



“A importância da nossa parceria com a Fetape é enorme, porque são 50 anos de luta. Nós, que fazemos parte do Ministério do Trabalho, não entendemos um movimento sindical sem a presença da FETAPE, sobretudo, neste país, onde o mais explorado sempre foi o trabalhador rural. E o papel da FETAPE, quase que diariamente no Ministério do Trabalho, reivindicando fiscalizações, realizando negociações coletivas com os empregadores, tem possibilitado avanços para melhorar a situação do homem do campo.”

André Negromonte

Superintendente Regional
do Trabalho e Emprego
em Pernambuco



“Não há dúvidas de que o Movimento Sindical Rural teve e tem um papel fundamental para a construção de um mundo rural com conquistas para trabalhadores e trabalhadoras e agricultores e agricultoras familiares. Nesse contexto, o MSTTR em Pernambuco, representado pela FETAPE, tem um especial destaque ao evidenciar para a sociedade e para os governos a importância de construir políticas que assegurem a efetivação dos direitos à terra, à água, à biodiversidade, aos recursos naturais, e à participação do campesinato, na divisão das riquezas do estado e do Brasil. Os desafios de ter uma organização de 50 anos, com a pauta que tem a Fetape, requer também atualizar sua luta e, um bom caminho para esse processo pode ser a defesa da agroecologia como estratégia para o desenvolvimento do campo em bases sustentáveis.”

Alexandre Henrique Bezerra Pires

Coordenador Geral
do Centro de Desenvolvimento
Agroecológico Sabiá